

Diogo Ramada  
Curto

---

História dos grupos de rapazes no Antigo Regime



# História dos grupos de rapazes no Antigo Regime

Por Diogo Ramada Curto

369

A história das sociedades ocidentais, no período compreendido entre os séculos XV a XVIII, por uns considerado moderno, por outros de antigo regime, tem beneficiado de algumas lições da antropologia. A primeira dessas lições diz respeito à natureza polissegmentária das sociedades que encontram os seus critérios de coesão na divisão por idades, gerações, sexos ou grupos locais. Depois, há que reconhecer a importância assumida pelas formas simbólicas, bem como pelas práticas rituais e cerimoniais. Mas a principal lição consiste no descentramento em relação aos processos de organização social - de homogeneização, massificação ou globalização -, onde o Estado surge como o principal promotor da coesão, por ser capaz de assegurar o monopólio da violência sobre um dado território<sup>1</sup>.

Neste breve artigo, procurarei explorar as implicações de tais ensinamentos, a partir de uma investigação que tenho em curso sobre as práticas e representações de grupos de rapazes no Portugal de antigo regime. Esclareço, desde já, que a este interesse não são alheias algumas das preocupações de Erik H. Erikson, quando relacionou o comportamento das crianças e dos adolescentes com a identidade nacional<sup>2</sup>. Contudo, em Portugal, os ensaios históricos sobre a identidade nacional não lhes dedicam qualquer atenção<sup>3</sup>. O que se compreende, dado o sentido dos questionários em que se baseiam: Quando e como é que o Estado integrou a sociedade portuguesa? Quais os bloqueios sociais que nela se têm manifestado, impedindo a sua modernização, o desenvolvimento de uma burguesia e de um espírito racional? De que modo as construções e as formas de tomada de consciência letradas correspondem às expectativas de uma cultura popular? Todas estas questões têm uma história complexa, cujas origens poderão ser encontradas nas obras dos intelectuais dos séculos XVIII e XIX. Não é minha intenção empreendê-la, embora esteja certo que uma história deste tipo seria mais reveladora dos interesses dos seus autores, que escreveram em contextos com os quais temos uma relação de familiaridade, do que das algumas configurações sociais por eles

<sup>1</sup> Maree Mauss, "La cohésion sociale dans les sociétés polysegmentaires" (1931), in Idem, *Oeuvres*, ed. Victor Karady, vol. III - *Cohésion sociale et divisions de la sociologie*, Paris, Minuit, 1969, pp. 11-26; Clifford Geertz, *Negara: The Theatre State in Nineteenth-Century Bali*, Princeton, N.J., Princeton University Press, 1980 (trad. portuguesa, Lisboa, Difel, "Memória e Sociedade" 1991); Bernard S. Cohn, *An Anthropologist among the Historians and Other Essays*, 2ª ed., Deli, Oxford University Press, 1988 (1ª ed., 1987), pp. 1-77. Sobre as sociedades onde o Estado e um sistema central de valores desempenham funções de coesão social, cf. Edward Shils, *Center and Periphery*, Chicago, Chicago University Press, 1974 (trad. portuguesa de Luís H. de Freitas, *Centro e periferia*, Lisboa, Difel, "Memória e Sociedade", 1992).

<sup>2</sup> Erik Erikson, *Childhood and Society*, 2ª ed., Nova Iorque, Norton, 1963 (1ª ed., 1950), pp. 275-402; Margaret Mead, "National Character", in *Anthropology Today: An Encyclopedic Inventory*, ed. A. L. Kroeber, Chicago, Chicago University Press, 1953, p. 651.

<sup>3</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *As Estruturas da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1976; José Mattoso, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1998.

analisadas. Por ora, o meu único propósito consiste em demonstrar que a história de contextos anteriores, com os quais temos uma relação menos familiar, poderá beneficiar com o exemplo das referidas lições da antropologia - conseguindo assim mudar de questionário e revelar o que, à primeira vista, parece estar oculto ou ter um sentido meramente folclórico.

Uma história dos grupos de rapazes nas sociedades de antigo regime deverá começar por interrogar o estado das fontes disponíveis. Ora, estas podem ser consideradas de três tipos: antes de mais, podem ter origem nos aparelhos repressivos e disciplinadores que a modernidade vai multiplicando e aperfeiçoando; em segundo lugar, encontram-se disseminadas por diversos géneros de discursos letrados que tendem a uma representação folclorizada de objectos considerados populares; finalmente, não ultrapassam um lugar marginal nos diversos *corpus* normativos acumulados por essas mesmas sociedades, surgindo muitas vezes em descrições de acontecimentos e registos biográficos. Estou convencido que estes três tipos de fontes - de natureza respectivamente repressiva, folclórica ou normativa - coexistem no tempo. No entanto, penso que se pode falar de algumas mudanças de acentuação, as quais se tornam sobretudo evidentes com a difusão de modelos educativos a partir de finais do século XVII e inícios do século XVIII. A partir daqui, será possível sugerir uma espécie de passagem: do discurso que pretende reprimir os comportamentos dos rapazes nas suas manifestações exteriores e em grupo, em direcção a um discurso que, ao inculcar normas, supõe a possibilidade da sua interiorização individual. Esta hipótese explicativa, com a força da sua simplicidade, satisfaz o historiador interessado em encontrar uma explicação para as mudanças sociais. Mas afigura-se demasiado simplista a quem pretenda reflectir historicamente sobre os processos de formação de identidades e as operações de identificação inter-subjectivas. Para justificar esta minha afirmação terei de começar por descrever a história que nos é contada pelos diversos tipos de fontes.

Em 31 de Janeiro de 1604, foi publicado um alvará em nome do rei, assinado pelo bispo D. Pedro de Castilho, na qualidade de vice-rei de Portugal. Dizia respeito "ao mau costume e desordem que nesta Cidade há de os moços se ajuntarem e jogarem pedradas e aos ferimentos e muitos inconvenientes que disso se seguem". Costume, note-se bem, que não estava previsto nas *Ordenações do Reino*, revistas e promulgadas nesse mesmo ano. O diploma refere-se mais especificamente aos homens que eram capitães "das ditas pedradas", atribuindo-lhes a responsabilidade de incitar e provocar os moços ao jogo. Das medidas estabelecidas para se organizar a repressão, concretizada em dez dias de cadeia, destaca-se uma diferenciação dos montantes da pena pecuniária, a pagar no momento de soltura: mil reis os que viverem por si, quinhentos os que viverem com seus pais e tutores, ou os que forem escravos de outrém. Alguns dias depois, a 13 de Fevereiro do mesmo ano, um novo alvará alargava a repressão a outras práticas carnavalescas. O diploma referia-se, outra vez, ao "mau costume" de atirar laranjadas, esguichos e tanhos, pelas ruas ou janelas, na cidade de Lisboa e seus arrabaldes, tanto de dia como de noite. Quanto às penas, repetem-se as mencionadas no anterior diploma<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> José Justino de Andrade e Silva, *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza*, vol. I - 1603-1612, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, pp. 41, 47.

A contextualização destes documentos implica uma atenção a três diferentes domínios de actuação. Antes de mais, teremos de reconhecer que, com a entrada no mês de Fevereiro, se aproximava o Carnaval e com ele um calendário festivo que as autoridades pretendiam controlar. É, por isso, inevitável o paralelo entre os bandos de rapazes e as também pouco conhecidas confrarias báquicas, dedicadas ao vinho e com uma forte componente musical. Depois, em 1604, assistiu-se em Portugal a um duplo movimento de afirmação do Estado e dos poderes, nomeadamente do Tribunal do Santo Ofício: por um lado, visava-se a exclusão e perseguição dos holandeses, com os quais existiam numerosos contactos comerciais; por outro, entrou-se na fase final de negociação de um Perdão Geral aos cristãos novos o qual veio a ser publicado por D. Pedro de Castilho a 16 de Janeiro de 1605<sup>5</sup>. No âmbito desta afirmação dos poderes, a repressão dos costumes dos rapazes assume um importante sentido comparativo: à primeira vista pode dizer-se que o Estado, que exclui e que perdoa, pretende também controlar os comportamentos daqueles que se afiguram como pertencendo ao grupo dos mais fracos. Mas, uma reflexão mais aprofundada pode, desde logo, levantar diversas dúvidas sobre o papel ocupado por tais grupos, que nos seus hábitos ou "maus costumes" se mostravam avessos à integração política. Finalmente, importa considerar que é por esta mesma altura que ganham expressão as manifestações exteriores do ensino dos jesuítas, concretizadas sobretudo em procissões e representações teatrais. Manifestações de combate, acrescenta-se, uma vez que a Companhia de Jesus se debatia com um movimento generalizado de opinião avesso à multiplicação de escolas, pelo facto de se julgar que estas criavam desequilíbrios numa sociedade que se pretendia estável e bem ordenada<sup>6</sup>.

Mudemos de registo. O exame de um conjunto de acontecimentos violentos revela a participação de bandos de rapazes. A libertação de cristãos novos, por exemplo, em Janeiro de 1605, foi seguida do seu apedrejamento por bandos de rapazes, associados a *maraus* da Ribeira e a *ratinhos*<sup>7</sup>. Pelo menos, é esta a versão dos acontecimentos de uma testemunha da época, segundo a qual a mesma libertação teria conduzido a manifestações de violência praticada pelos estudantes de Coimbra. A desqualificação dos bandos de rapazes, identificados com um grupo considerado baixo e a quem são atribuídas práticas de violência, constitui uma estratégia discursiva deliberada por quem se afirma do lado da ordem. Os panfletos da Restauração reproduzem, em parte, a mesma estratégia. Refiro-me ao mal estudado episódio da morte do traidor, Miguel de Vasconcelos. Dizem os discursos que, à célebre defenestração do corpo, se terá seguido uma espécie de cerimónia de antropofagia ritual, em que participaram os maraus e até um "mouro", tendo o seu cadáver sido "escarnecido dos rapazes"<sup>8</sup>. Uma outra alusão aos bandos de rapazes e à violência por eles perpetrada encontra-se num texto da polémica relativa à deposição de Afonso VI. De facto, na *Cataphre de Portugal*, ao descrever-se a educação desregrada do monarca que acabou por ser deposto pelo seu

<sup>5</sup> Diogo R. Curto, "The Stranger Within at the Time of Quixote", *Portuguese Studies*, vol. 13 (1997).

<sup>6</sup> Idem, *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1988, pp. 77-78.

<sup>7</sup> Pêro Roiz Soares, *Memorial*, ed. Manuel Lopes de Almeida, Coimbra, 1953, p. 392.

<sup>8</sup> *Cópia de hua carta em que se da breve notícia do succedido desde o dia da feiçe acclamação delRey nosso senhor até o presente*, Lisboa, 1642, f. 1, Diogo R. Curto, *O discurso político*, p. 32.

irmão, sugere-se que esta se caracterizou pelo convívio com gente baixa e popular. Neste âmbito, vale a pena reparar no seguinte trecho: "o jogo das pedradas se passou também do pátio da Capela ao mesmo terreiro (do Paço), e com este exemplo se frequentou nos arrabaldes da cidade tão furiosamente, que ela se dividiu em parcialidades em favor de um e outro bando, e aquele exercício que em outros tempos, sendo moderado, era primícia do valor, deixando de ser pueril jogo, quase que era ensaio sanguinoso de batalha; e os que entravam nele pareciam mais gladiadores entre os Romanos, que tiradores de funda entre os Portugueses; e em todos estes divertimentos, aquele que a el rei mais deleitava era o em que mais sangue se vertia"<sup>9</sup>.

372

O facto de se encontrarem, no interior de discursos e de manifestações políticas, alusões aos bandos de rapazes tem dois sentidos. Por um lado, pode ser visto como a expressão do poder efectivo, manifestado na praça pública, de formas de sociabilidade definidas em função de um grupo de idade, cujos principais atributos consistiriam na prática da violência, bem como no recurso à linguagem do escárneo. Por outro lado, os mesmos discursos políticos procuram desqualificar tais grupos e tais práticas. Trata-se, neste último caso, de uma operação de folclorização, através da qual um conjunto de comportamentos são considerados baixos ou populares, sendo projectados do lado da desordem, bem longe dos que ganham a sua própria distinção na defesa da boa ordem social. Esta tensão entre o reconhecimento do grupo e a sua desqualificação, por parte dos que tentam impor uma ordem política, encontrou uma outra formulação num momento preciso, quando os bandos de rapazes e as suas práticas são descritos como fazendo parte de uma ordem política ou, mais propriamente, como integrados numa educação militar. Pelo menos, é esta a ideia com que se fica ao ler a descrição e história de Lisboa de António Coelho Gasco, datada da primeira metade do século XVII: "Bem declaram seu valor, porque quando há soicias nesta cidade, logo saiem bandeiras de meninos com seus capitães e alferes, que é muito para ver a ordem e boa arte que levam pelas ruas, e praças públicas desta cidade. Depois de passada a meninice se exercitam no militar jogo das pedradas, levando seus destros capitães divididos em dois campos, a um chamam Alfamistas, ao outro de Catarinos, ficando dividida toda a cidade pelejando uns contra os outros com grande animo, e altivo coração em ordem da batalha campal, e depois levam das espadas, e traçados fazendo um por render a seu inimigo, do qual guerreiro exército têm saído grandes homens nas armas, e tidos por soldados em toda a ocasião de guerra"<sup>10</sup>.

Quando em 1730 uma série de impressos normalmente designados de literatura de cordel descreve grupos urbanos tais como os dos rapazes, volta-se a pôr o mesmo tipo de conflitos de interpretação. Muito concretamente tais grupos seriam constituídos pelos do Bairro Alto em luta com os da Pampulha (à Madragoa), sendo o território das pedradas a Cotovia; porém, estes teriam feito as pazes e passado a ameaçar os de Alfama. Estas relações de conflitualidade entre bandos urbanos teriam como compensação, nas alusões oblíquas dos mesmos folhetos de cordel, algumas manifestações de pacificação. A procissão de Santo

<sup>9</sup> D. Fernando Correia de Lacerda (pseud. Leandro Doreia Cáceres e Faria), *Catastrophe de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal, 1669, p. 22.

<sup>10</sup> António Coelho Gasco, *Primeira parte das Antiguidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa império do Mundo, e Princesa do Mar Occeano*, sep. do *Archivo Bibliographico da Universidade de Coimbra*, vol. IX-XII, (1924), p. 184.

Aleixo, percorrendo a cidade de S. Roque à Sé, cumpriria essa função ao conseguir integrar diversos bandos de rapazes<sup>11</sup>. Mas qual o sentido atribuído a estes bandos de rapazes, por parte deste *corpus* da literatura de cordel? Mais do que uma descrição etnográfica de tais grupos urbanos, considero que este tipo de fontes deve ser lido de novo como um conjunto de operações de folclorização - impondo assim uma representação letrada do que é considerado popular<sup>12</sup>.

Mas o significado pleno destas representações dos bandos de rapazes, nas suas formas de sociabilidade, só poderá ser compreendido se tivermos em consideração a produção e difusão de obras de carácter normativo relativas à educação. Um conjunto de obras, cuja aproximação à literatura devota e à literatura cortesã tem sido por várias vezes ensaiada, revela que, desde o segundo quartel do século XVII, existe uma tendência de difusão de um modelo educativo que culmina com a valorização de uma esfera privada. Ora, é precisamente em 1734, com a publicação dos *Apontamentos para a educação de hum menino nobre* da autoria de Martinho de Mendonça, que atinge o seu auge esse mesmo modelo, e com ele a valorização da esfera de intimidade como sendo a mais propícia para a educação dos meninos nobres<sup>13</sup>. A influência de Locke, através da versão francesa dos seus *Thoughts Concerning Education*, e também a de Rollin são parte integrante deste processo.

Este último, por exemplo, defende uma espécie de posição intermédia, ao escrever: "entre les deux manières ordinaires d'élever la Jeunesse, qui sont les mettre pensionnaires au Collège, ou de les instruire en particulier, il y en a une troisième, qui tient le milieu, et semble les réunir: c'est d'envoyer les enfants au Collège pour y profiter de l'émulation des classes, en les retenant le reste du temps dans la maison paternelle"<sup>14</sup>. Neste sentido de reflexão sobre

<sup>1</sup> *Folheto de ambas Lisboas*, Lisboa, Oficina de Música, 1730, números 3, 4, 5 e 11.

<sup>2</sup> Diogo R. Curto, "Littératures de large circulation au Portugal (XVIe-XVIIIe siècles)", in *Coïportage et lecture populaire: imprimés de large circulation en Europe XVIe-XIXe siècles*, eds. Roger Chartier e Hans Jürgen Lüsebrink, Paris, IMEC Editions - Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1996, pp. 308-309.

<sup>3</sup> Maximiano de Lemos, ed. de A. N. Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a educação da mocidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922; António Salgado Júnior, ed. de Luís António Verney, *Verdadeiro método de estudar*, 5 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1949-1952, *maxime* vol. V; Rómulo de Carvalho, *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*, Coimbra, Atlântida, 1959; A. Alberto Banha de Andrade, *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982, pp. 227-260; Joaquim Ferreira Gomes, *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica com a edição crítica dos Apontamentos para a educação de hum menino nobre*, Coimbra, Universidade de Coimbra - Instituto de Estudos Filosóficos, 1964; Maria de Lurdes C. Fernandes, *Modelos educativos do Barroco em Portugal: A "Boa Criação" e a "Policia Cristã"*, sep. do / *Congresso Internacional do Barroco. Actas*, vol. 1, Porto, Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil do Porto, 1991; Zulmira Santos, *Racionalidade de Corte e sensibilidade barroca: "Os Avisos para o Paço"* de Luís Abreu e Mello, sep. do / *Congresso Internacional do Barroco. Actas*, vol. 1, Porto, Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil do Porto, 1991; António Camões Gouveia, "Estratégias de interiorização da disciplina", in *História de Portugal*, vol. IV - O Antigo Regime, coord. António Manuel Hespanha, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, pp. 430-431. Para uma discussão dos diversos padrões normativos (presentes, sobretudo, em manuais de direito e de civilidade cortesã), cf. as reflexões de Pedro Cardim, "Entre textos y discursos. La historiografía y el poder del lenguaje", *Cuadernos de Historia Moderna*, vol. 17 (1996), pp. 144-149.

<sup>4</sup> Rollin, *Traité des Études - De la manière d'enseigner et d'étudier les Belles-Lettres*, Amsterdão, Pierre Moniel, 1745, ff IV, p. 217 (1ª ed., 1726-1728).

a esfera privada e o seu lugar na educação das elites, o contraste - é certo, entre fontes de diferente natureza, mas que coexistem no mesmo tempo de intensidade exemplar - parece evidente: de um lado, ficam alinhadas as representações gregárias e populares dos rapazes; do outro, será possível definir um *corpus* de literatura essencialmente nobre e cortesã que aponta para uma educação privada ou delimitada a colégios particulares dos meninos nobres.

Não pretendo avançar mais em termos desta breve análise histórica. Confesso também que as fontes de que disponho não mo permitiriam. Seria, no entanto, interessante perceber até que ponto a referida valorização de uma esfera privada, igualmente constituída por colégios particulares, revela o fim de uma determinada concepção do espaço público (o que é bem diferente do processo de emergência de um espaço público, segundo a tese de Habermas)<sup>15</sup>. Assim, importa retirar algumas conclusões deste breve ensaio. A primeira diz respeito, ao jogo das continuidades e das descontinuidades. O período analisado sugere uma mudança de comportamentos ou, pelo menos, das normas que os regulam: a condenação da violência praticada pelos bandos de rapazes deu lugar a modelos de educação que passaram a impor uma interiorização de hábitos e atitudes. Claro que os grupos de rapazes continuaram a manifestar-se através de práticas de violência, mais ou menos ritualizadas, podendo mesmo dizer-se que, na longa duração, tais manifestações são uma fôrnia de iniciação ou de identificação das crises de gerações. Mas o mais importante é explicar as descontinuidades. Resta, ainda, saber como é que os modelos educativos e normativos que se seguiram ao da "educação do menino nobre" reproduzem a mesma lógica de vigilância individual, difundindo-a por outras camadas sociais (da Casa Pia à Tutoria e à Casa do Gaiato). A segunda conclusão prende-se com a complexidade envolvida na definição da identidade de um grupo. A tensão que alguns julgam encontrar entre identidade substantivada e identidade construída ou inventada<sup>16</sup> foi aqui substituída por uma tipologia das fontes e por uma reflexão sobre os resultados que elas potenciam. Finalmente, gostaria de precisar que situo em torno de 1730 esse momento em que as elites europeias, incluindo um grupo de estrangeirados portugueses, descobrem a importância da esfera privada dos meninos, diferenciando-a das práticas gregárias e rituais dos rapazes e folclorizando as suas representações. Aliás, esta separação - entre, por um lado, as operações de identificação conduzidas a nível individual e investidas de um carácter reflexivo e, por outro, o comportamento das massas - é bem conhecida dos leitores de Freud<sup>17</sup>. Mas o que importa frisar, para concluir, é que essa separação também tem uma história.

<sup>5</sup> Richard Sennett, *The Fall of Public Man*, Nova Iorque, W. W. Norton & Company, 1992.

<sup>6</sup> Craig Calhoun, "Social Theory and the Politics of Identity", in *Social Theory and the Politics of Identity*, ed. Idem, Oxford - Cambridge, Mass., Blackwell, 1994, pp. 9-36.

<sup>7</sup> Sigmund Freud, *Psychologie collective et analyse du moi*, trad. francesa de S. Jankélévitch, Paris, Payot, 1924.